

INTRODUÇÃO

O propósito desta dissertação é analisar a produção camponesa inserida no processo de pecuarização de uma ampla região sergipana. Com este fim, analisamos o funcionamento do sítio camponês como uma relação entre a lavoura e a criação, e o arrendamento na grande propriedade pecuarista como condição de sua reprodução.

Nossa observação de campo limitou-se a alguns poucos municípios do estado de Sergipe, dentre os muitos municípios nordestinos onde igualmente se processa uma pecuarização e onde também se realiza a produção camponesa pelo arrendamento. Certamente, nossas explicações e conclusões limitam-se à área observada, mesmo que, a níveis menos específicos, algumas características do campesinato estudado devam ser generalizáveis a todo campesinato em contextos de pecuarização.

Realizamos três viagens ao campo. Uma primeira, durante cerca de 15 dias, nos quais foi feito um levantamento em seis municípios, junto aos sindicatos e agências de extensão rural locais, relativo às condições de produção do campesinato e ao processo de pecuarização. Numa segunda ida ao campo, de julho a setembro de 1980, centramos nossas observações nos municípios de Ribeirópolis e Itabí, que se encontram em momentos distintos de pecuarização e apresentam distintos tipos de sítios camponeses. Numa terceira viagem, em março de 1981, aprofundamos a observação nestes últimos municípios a partir dos resultados de uma análise preliminar de nossos dados.

Nosso objeto é, portanto, a produção camponesa na sua dimensão técnico-econômica e social. Deste objeto, depreende-se o problema da subordinação da produção camponesa à grande propriedade produtora de gado. Não nos interessa aqui, todavia, a discussão mais genérica das articulações entre re-

lações de produção subordinadas ao modo de produção capitalista, mas sim o entendimento de como se efetiva a subordinação de um campesinato específico por uma forma igualmente específica de concreção do capitalismo - a pecuária. Mais do que categorias teóricas, nos interessa trabalhar com as categorias empíricas apreendidas dos camponês de carne e osso que organiza seu sítio e se vincula à grande propriedade. Privilegiaremos, então, a lógica do sitiante, atentos porém para o fato sobredeterminante de que sua reprodução se subordina, em última instância, à lógica do capital.

Por produção camponesa entendemos uma modalidade específica de produção familiar, distinta de outras modalidades, também familiares, de produção simples de mercadorias. Definiremos, para nossos propósitos a produção camponesa a partir de algumas características estruturais que nos parecem básicas:

a) A força de trabalho da unidade produtiva camponesa é, predominantemente, dada pelo grupo doméstico, e se organiza segundo um código relativo a papéis familiares. Correlatamente, na produção camponesa a força de trabalho não constitui capital variável, o que implica que sua remuneração num contexto de circulação simples é distinta da que caracteriza a produção capitalista e lhe imprime uma lógica própria (Cf. Garcia Jr., 1975). Sendo uma produção familiar, ela supõe não só a reprodução da força de trabalho e dos meios de produção, mas também a reprodução da família. Segue-se que a unidade produtiva é o grupo doméstico como um todo; que as práticas produtivas e reprodutivas dependem do ciclo de desenvolvimento desse grupo doméstico, e que a produção se realiza pela articulação entre suas forças "plenas" e "marginais" (Cf. Tepicht, 1973).

b) A produção camponesa se caracteriza ainda - e se distingue de outras formas de produção familiar, do tipo "farmer" - pelo fato de que seus custos de produção repousam

preponderantemente sobre insumos de trabalho manual, e não sobre insumos "modernos" adquiridos no mercado. Ao mesmo tempo, ela repousa sobre uma super-exploração de sua força de trabalho, o que todavia não impede que se realize um processo de "acumulação, no sentido em que tal noção é empregada por Garcia Jr. (1975).

c) A produção camponesa se caracteriza ainda pelo destino alternativo de seus produtos, que tanto podem ser consumidos como comercializados, a depender dos preços do mercado e das necessidades do grupo familiar. Ao mesmo tempo, caracteriza-se pela policultura, muito embora um produto determinado possa ser dominante, como o é a mandioca em Ribeirãopolis, constituindo-se no núcleo central do esforço produtivo e do cálculo econômico. Do ponto de vista dos processos técnicos de produção, essa combinação de produtos, basicamente para o mercado e para o auto-consumo se reflete nas práticas do cultivo consorciado, onde a periodicidade, o ciclo de cada planta e o espaçamento entre elas espelha uma relação entre espécies "dominantes" e outras secundárias, tecnicamente dependentes das primeiras. É essa lógica do processo técnico que torna o camponês um produtor particular de alimentos, e não o fato de cultivar espécies diferentes, mesmo que, com frequência, lhe seja vedado cultivar as chamadas plantas "nobres". As espécies cultivadas pelo camponês, como o arroz e o feijão, são também cultivadas por outros tipos de produtores, capitalistas ou não, mas segundo outra lógica, que geralmente implica a monocultura, enquanto o camponês é fundamentalmente um policultor.

d) Mesmo que a produção camponesa seja economicamente subordinada, e o campesinato uma categoria social politicamente dependente, o processo de produção supõe uma tecnologia própria e autônoma, que se orienta por um saber, ou modelo cognitivo que lhe é particular e que, portanto, difere do saber que orienta a agricultura moderna⁽¹⁾. Neste sentido,

(1) Não incluiremos nesta dissertação a análise do modelo cognitivo que

a produção camponesa distingue-se de outras modalidades de produção familiar que, por serem tecnologicamente dependentes resultam também subordinadas, mas a forma distinta que a camponesa.

e) Correlatamente, a produção camponesa implica uma série de supostos que são colocados pelo próprio grupo doméstico, mantidos internos à parcela camponesa, e que emergem de seu conhecimento próprio da natureza. As estratégias básicas do campesinato giram em torno a manter tais supostos internos ao grupo doméstico e a seu sítio. Neste sentido, o campesinato tem uma existência própria, é auto-definido, e boa parte de suas articulações com o mundo externo - que não obedece à sua lógica - se explica como uma tentativa de garantir os supostos produtivos que lhe são próprios. Na situação por nós estudada o campesinato não poderia se reproduzir apenas no interior de sua parcela. Por isso, não só está ele historicamente vinculado à grande propriedade, para se garantir a terra de trabalho, mas também garante este e outros supostos através do assalariamento e do negócio. Mas, essas atividades internas são condição para garantir no interior de sua parcela certos supostos centrais da produção, ou mesmo para chegar a constituir uma parcela.

Temos, então, um camponês que é também assalariado ou "negociante"; um proprietário de terras que é também um arrendatário. Isto é, a existência da "condição camponesa" exige a inserção em outras condições, na aparência opostas. O assalariado, por exemplo, tem sido visto por alguns paradigmas teóricos como o extremo oposto do camponês, e considerado categoria de destino na transformação do campesinato, face à expansão do capitalismo. Ou a de "atravessador", usualmente percebido como "explorador" e que, portanto, deve ser eliminado, como postulam alguns planejadores. O camponês se torna assalariado para se reproduzir como camponês. Isto não impede, evidentemente, a tendência de proletarização inerente ao capitalismo, mas mostra - e este é o trabalho do antropólogo

go - como ele se defende face ao capitalismo, fazendo uso de uma relação social gerada por este mesmo, e tornando-se temporariamente ou paralelamente uma de suas próprias categorias.

Por outro lado, a reprodução camponesa, assim como a possibilidade de "acumulação" que tende a diferenciar internamente o campesinato, são, na região estudada movimentos sempre mediados pela criação de gado. Não são pela pecuária capitalista, que contraditoriamente permite a reprodução da parcela camponesa, ao mesmo tempo que marca gradativamente sua extinção, mas igualmente pela própria pecuária camponesa, ou criação. Para preservar sua condição de lavrador, o camponês torna-se também um criador de gado.

Dividimos nosso trabalho em cinco capítulos. No primeiro, analisamos a secular formação histórica do campesinato estudado, que se distingue de outras formações camponesas do Nordeste, como as estudadas por Heredia (1977) e Garcia Jr. (1975), que são de origem recente. O campesinato por nós estudado, pelo contrário, tem uma existência que remonta ao século XVIII e desde então vem conflitando e se articulando com a grande propriedade pecuarista. Em seguida buscamos situar o campesinato na estrutura fundiária regional, através da análise de dados censitários, destacando o papel do arrendamento na pequena produção agrícola e a evolução do pequeno estabelecimento camponês. No terceiro capítulo analisamos o funcionamento do sítio camponês, procurando mostrar como ele se organiza num sistema integrado de espaços e atividades que se articulam entre si. Passamos, a seguir a analisar o arrendamento como condição de reprodução da produção camponesa e a dependência do campesinato com relação à grande propriedade. No último capítulo buscamos mostrar o papel e a lógica da criação que torna viável a própria atividade agrícola.

Nosso trabalho de campo foi realizado dentro do Programa de pesquisa idealizado pelos professores Klaas Woortmann, da UnB, e Maria Yedda Leite Linhares, da Fundação Getú-

lio Vargas, e financiado pelo INAN (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição). Esse programa teve o objetivo de conjugar a pesquisa antropológica e a pesquisa histórica. Esta última, a cargo do Prof. Francisco Carlos Teixeira da Silva, da FGV, em muito contribuiu para a compreensão do campesinato atual da região e, como se verá, forneceu dados de grande valor para a elaboração da presente dissertação.

Devemos agradecer à Profa. Leite Linhares e ao Prof. Teixeira da Silva pelas valiosas sugestões ao nosso trabalho.

Em particular, devemos agradecer à Profã. Mireya Suárez, nossa orientadora, sem cuja paciência e dedicação incansáveis, esta dissertação não teria sido levada a efeito.

Igualmente, somos devedores a nossos informantes, sitiantes e roceiros, que, deixando de lado seus afazeres, nos dedicaram um tempo precioso e uma atenção comovente, muito embora descrentes das vantagens que "mais uma pesquisa" lhes poderia trazer. Nunca é demais ressaltar que sem informantes não há antropologia, e sem Da. Lai, Seu Juvêncio, Da. Genara, e Seu Alexandre, em especial, não teríamos adquirido nosso conhecimento.

Somos gratos ao INAN que nos forneceu os recursos financeiros necessários ao trabalho de campo, à EMATERSE, que nos proporcionou os meios de transporte e cujos extensionistas nos apoiaram nos municípios em que trabalhamos, à FETASE e aos sindicatos rurais de Porto da Folha, Itabi, Ribeirãopolis, Aquidaba e Gracho Cardoso que, com suas portas sempre abertas, nos mostraram a problemática do campesinato do Sergipe.

Agradecemos à "Oma", Anna Sophia Woortmann e à Francisca, pela infraestrutura doméstica que me deram às condições de trabalho.

De antemão agradecemos ao Prof. Dr. Gentil Martins Dias e à Profa. Dra. Lygia Sigaud, componentes de nossa Banca Examinadora, pelas contribuições e críticas.

Finalmente, queremos expressar o nosso agradecimento muito especial ao Klaas Woortmann, professor, colega de pesquisa e companheiro constante, pelo apoio incansável que nos deu durante o trabalho de campo e no decorrer da elaboração desta dissertação, enfim, em todas as horas.